

ESTADO DE MINAS

Quarta-feira, 30 de agosto de 1995

S EGUNDA SEÇÃO

Cidade recebe seu Centro de Áudio-Visual

Os ritmos cubanos são o destaque do grupo Calle 42, a atração desta noite de quarta-feira no Teatro Alterosa. (Página 3)





A Casa da Serra foi cedida à PBH pela Construtora Líder e nela vai funcionar o Centro de Referência Áudio-Visual.

A mais grave lacuna da vida cultural de Belo Horizonte é, hoje, a inexistência de um museu da imagem e do som ou alguma entidade afim que cuide de dar corpo e voz – e especialmente alma – à vida de muitos cujo pensamento, ação e obra respondem pelo perfil que a cidade tem. Um passo significativo para enfrentar o problema vai ser dado amanhã: a construtora Líder restaurou a casa que pertenceu ao médico Antônio Aleixo, na rua Estevão Pinto, 601, Serra, e em cerimônia que acontece no próprio local, às 20h, entrega o imóvel à Prefeitura. No local vai ser instalado o Centro de Referência Áudio-Visual (Crav), da Secretaria Municipal de Cultura, ação preparatória, conforme seus idealizadores, para o Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte.

Na ocasião será lançada a cartilha “Belo Horizonte: Memória e Patrimônio Cultural”, uma primeira abordagem didática esclarecendo a chamada política de negociações urbanas, desenvolvida pela PBH, cujos resultados têm dado uma nova dinâmica a discussões sobre o tema. No local, que até outubro deve ser aberto ao público, vão funcionar um banco de dados informatizado sobre acervos áudio-visuais existentes em Belo Horizonte; a Sala Professor Martinho Francisco, com exposição permanente de mapas, fotos e plantas de Belo Horizonte, e a parte da biblioteca do professor Amarante, que se refere à vida, desenvolvimento e história da cidade.

Para José Márcio de Barros, coordenador do Crav, o recebimento da casa para sede do projeto, além de objetivamente deflagrar o processo para um futuro MÍS/BH, vai oferecer à população um serviço com relação a acervos, patrimônios e memória. Vai funcionar no local uma

assessoria técnica capaz de auxiliar os interessados na avaliação e oferecimento de informações sobre como organizar, manter e preservar seus acervos. Entenda-se: a preocupação é com álbuns de fotos, recortes, livros e objetos que muitas vezes tornam-se “entulhos” dentro de casa e que, entretanto, são importantes para experimentar o dom da memória.

Entre os objetivos imediatos do Crav estão a continuidade dos trabalhos de coleta de depoimentos e reunião de documentos, já em andamento, em torno de quatro temas: “BH nos Tempos da Segunda Guerra”, “BH e o Centenário do Cinema”, “Memória da TV Itacolomi” e “Memória do Jornalismo Mineiro”. A última pesquisa, realizada em parceria com a PUC e o Sindicato dos Jornalistas, marca, ainda, a estréia editorial do projeto, já que, até final do ano, sai um caderno com depoimentos dos jornalistas Edgard da Mata Machado, Ayres da Mata Machado, Célius Aulicus, João Etienne e José Mendonça, que já estavam em atividade na década de 40.

“A restauração da Casa da Serra, sua entrega em comodato à Prefeitura e a instalação no local do Centro de Referência Áudio-Visual são um momento exemplar. Marca uma política de patrimônio construída sobre o estabelecimento de responsabilidades mútuas entre o Poder Público e a iniciativa privada, cujo objetivo é bem servir à população”, garante José Márcio de Barros. Satisfeito com os resultados, ele conta que, além dos projetos em andamento, já existem muitas idéias para outros trabalhos. Uma delas: um projeto voltado para captar as imagens, idéias e concepções que a população tem do futuro de Belo Horizonte.

Exemplo de arquitetura eclética

O Centro de Referência Áudio-Visual vai funcionar na casa onde morou o médico Antônio Aleixo que, agora, passa a se chamar Casa da Serra. O imóvel foi construído em 1914. De 1933 a 1950, foi ocupado pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas e, a partir de 1950, pelo Colégio Assunção. Na década de 70 funcionou no local o Colégio Promove e, em 1992, a casa foi tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município.

É um exemplo da arquitetura eclética, que predominou nas construções de Belo Horizonte no início do século, caracterizada, sobretudo, “pela profusão de ornatos e mistura de estilos passados”, como explica a arquiteta Celina Borges, professora de História e Teoria da Escola de Arquitetura da UFMG.

A restauração contemplou o valor histórico, cultural e estético do monumento. A fim de tornar o espaço mais funcional, a Construtora Líder optou por modificar a organização interna da casa, visando criar condições de abrigar os acervos e atender ao público, até pela necessidade de espaços mais amplos. Assim, foram abertos vãos e integrados diversos cômodos. Para que as

modificações não interferissem na arquitetura original da casa, a Líder contratou o arquiteto Mauro Marques, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), que acompanhou todo o trabalho de restauração. Foram deixadas marcas visíveis de todas as paredes retiradas e reconstruída a fachada, de forma “absolutamente fiel ao projeto original”, de autoria de Lapertosa e Renault.

Entre os elementos que identificam a Casa da Serra como edificação típica da época, está o fato de a construção ser um sobrado – a casa dispõe de dois pavimentos, interligados por uma escada de dois lances. Segundo Celina Borges, igualmente características são o pé-direito adotado – de cerca de quatro metros de altura – e a verticalidade das janelas, que ocupam todo o pé-direito. Todos estes elementos foram fielmente preservados.

O imóvel é de propriedade da Construtora Líder, que considera a iniciativa, por ocasião dos seus 25 anos de existência, “uma forma de estabelecer uma ponte com o passado, fundamental para compreender o presente e projetar o futuro. E isso significa fazer História”.

Negociação e democratização

A política de patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte está colocando em pauta um novo conceito: negociações urbanas. Na base de tudo, segundo *Lídia Estanislau*, diretora do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, está um processo de democratização, reflexo de um outro momento da vida brasileira, quando “os municípios retomam sua autonomia”. É uma tentativa de superar marcas autoritárias, presentes na maioria das legislações sobre o assunto, produto até do fato delas terem surgido em governos autoritários – o Estado Novo ou a ditadura militar.

Em linhas gerais trata-se, primeiro, de um análise, “caso a caso”, dos projetos apresentados, vistos tanto individualmente quanto como partes do grande conjunto urbano. Assim, acompanhando princípios gerais – seja o fato de Belo Horizonte ser uma cidade muito nova e em crescimento, a visão de áreas e não de peças isoladas ou a afirmação da “qualidade de vida” como princípio básico de civilidade – ou, então, a partir da constatação objetiva de fatos – que a verba destinada à cultura é a menor dos orçamentos –, desenvolve-se uma política de negociação e compensações, submetidas à aprovação de Conselho.

Um exemplo: uma empresa, em breve, vai colocar um painel no edifício Acaiaca. Primeiro, por se tratar de uma área urbana, existem condições de a questão ser resolvida sem perder o significado do imóvel para o patrimônio. Assim, a empresa vai poder colocar o painel mas vai ficar responsável também por garantir a limpeza e a conservação do imóvel. “Ainda existem conflitos de interesses, incompreensões, mas a nossa proposta é desenvolver um sentido de compromisso com a qualidade de vida na cidade, com a memória e o patrimônio, que não são só deveres do Poder Público, mas também da iniciativa privada e de todos os cidadãos”, explica.

Detalhe importante: há aqui, também, uma revisão do conceito de patrimônio, que não é só “a memória de quem ganhou a guerra”, como diz *Lídia Estanislau*, referindo-se a “palácios e histórias notáveis”, mas uma dimensão mais coletiva, que alude à ação de toda a sociedade civil. A diretora vai mais longe: “Gente também é patrimônio e um patrimônio muito especial”, brinca, citando os grupos Galpão, Uakti e o Corpo, os dois últimos inclusive com direito a foto, na cartilha do patrimônio, ao lado do prédio da Prefeitura e do sempre belo Museu Abílio Barreto.

Acervo incorporará história da Capital

Na Casa da Serra vai haver um centro de leitura informatizado (equipado com computadores, telão, aparelhos de áudio e visuais) ligado ao Sistema Nacional de Bibliotecas. Melhor ainda: vai integrar o acervo da instituição todo o material filmico já patrocinado pela Secretaria Municipal Cultura de Belo Horizonte, as edições do FórumBHZvídeo, além da extensa coleção de títulos (após restaurados) que compõem o acervo da Minas Filme, cuja aquisição está sendo negociada pela Prefeitura. Em tempo: a Líder está editando uma série de cartões postais da Casa da Serra.

Segundo José Márcio de Barros, a visão de peças áudio-visuais como documentos é um fato recente. Trata-se de um reflexo da modernização da sociedade e de um processo em que a questão da imagem é fundamental. “O documento áudio-visual tem como característica importante o fato de ser uma peça de leitura mais aberta, com utilização múltipla, já que registra uma informação e perpetua, junto com ela, uma série de outros significados. Um filme sobre a visita do Rei Alberto da Bélgica a Belo Horizonte é muito mais do que só um registro de uma visita do Rei Alberto a Belo Horizonte”, brinca o coordenador do Crav. Outra característica: “São coisas que têm um potencial de reutilização muito diversificado”, acrescenta José Márcio, lembrando-se, por exemplo, das reutilizações de imagens no trabalho do videomaker Eder Santos.